

## Do Tradicionalismo Antiliberal ao “Nacionalismo Integral” e à “Terceira Via” dos “Estados Novos”\*

Luís Reis Torgal

Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20).

Este texto é uma reflexão que tem por base alguns textos de autores de referência no campo da história e da ciência política, nomeadamente de autores que se dedicaram ao estudo da história da política e da ciência política em Portugal. O texto é dividido em três partes: a primeira trata da evolução do pensamento político em Portugal, a segunda trata da evolução do pensamento político em Portugal e a terceira trata da evolução do pensamento político em Portugal.

Este texto é uma reflexão que tem por base alguns textos de autores de referência no campo da história e da ciência política, nomeadamente de autores que se dedicaram ao estudo da história da política e da ciência política em Portugal. O texto é dividido em três partes: a primeira trata da evolução do pensamento político em Portugal, a segunda trata da evolução do pensamento político em Portugal e a terceira trata da evolução do pensamento político em Portugal.



## 1. A “genealogia” do Estado Novo

Os historiadores do Fascismo Italiano e do Nazismo têm procurado detectar as suas fontes e raízes em ideologias e fenómenos que em muito ultrapassam para trás o século XX. O mesmo não se tem passado com o Estado Novo, em que normalmente se recua, quando muito, ao Integralismo Lusitano, fundado com a revista *Alma Portuguesa*, em 1913, e com a revista *Nação Portuguesa*, no ano seguinte, e ao movimento social-cristão do final do século XIX e, concretamente, ao Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), de Coimbra, dos inícios do século seguinte, a que pertenceu Salazar. Fala-se do significado da influência ideológica da filosofia política de S. Tomás e dos neo-tomistas, nomeadamente Jacques Maritain, de sociólogos como Gustave Le Bon e Le Play, de pedagogos como Demolins, do nacional-sindicalismo de Sorel, do intuicionismo de Bergson, da filosofia da história de Spengler, da teoria e prática políticas de Maurras e de Léon Daudet, do movimento da *Action Française*,..., mas não se tem recuado ao nosso passado mais afastado, onde encontramos condicionalismos, movimentos e ideologias que, afinal, preparam as teses que se vão consolidar, mercê de outras conjunturas e outros aportamentos ideológicos.

Um deles é, efectivamente, o legitimismo miguelista, que não se afirma apenas no domínio do “caceteirismo”; à José Agostinho de Macedo, mas também no domínio das ideias. Embora não se tenha formado em Portugal um pensamento filosófico tradicionalista complexo, à maneira do Visconde de Bonald ou de Joseph de Maistre, o certo é que se definiu um conjunto relativamente coerente de ideias básicas, que, de algum modo, se vêm a concretizar e a desenvolver depois, em outros movimentos políticos diferentes e com sucesso variável, ou seja, o movimento monárquico “integralista” ou “nacionalista” e “tradicionalista integral” e, na sequência deste e do movimento católico-social, ou paralelamente a eles, os vários movimentos que pretendem a formação de um “Estado novo”, vindos das mais diversas correntes, com algumas ideias comuns e com objectivos diferenciados. Destes despontará então o Estado Novo, que é afinal a síntese institucional dos nossos movimentos de “terceira via”, ou seja, situados entre e contra a solução liberal ou demoliberal, tida como ultrapassada, e considerada no âmbito da crise do “Estado Moderno”, e outra solução nova, o socialismo, entendida no plano da heresia materialista.

\* Este texto é uma reflexão que tem por base vários textos do autor, entre os quais podem destacar-se a sua primeira obra publicada, *Tradicionalismo e Contra-Revolução*. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro, Coimbra, Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras - Seminário de Cultura Portuguesa, 1973, e alguns capítulos de um livro, em preparação, *Estados novos, Estado Novo*. Saliente-se ainda o artigo “Estado Novo: ‘República Corporativa’”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 27 (2007), no prelo, e “Marcello Caetano antes do Marcelismo”, apresentado no dia 18 de Outubro de 2006, no seminário “Marcello Caetano y la reforma del Estado”, XI Jornadas de Estudios Luso Españoles (18 a 20 de Outubro de 2006), realizado pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Centro Regional de Extremadura, Mérida.



## 2. A filosofia política tradicionalista e contra-revolucionária

Ao iniciarmos este ponto da nossa comunicação apetece-nos repetir a famosa frase do *Ecclesiastes*: “*Nihil novi sub sole*” (“Nada há novo debaixo do Sol”). Não porque tenhamos uma ideia conservadora ou circular da história, mas porque esta frase poderia ter sido invocada — e foi-o com certeza — pelos tradicionalistas e porque ela, ao mesmo tempo e noutro plano, sugere a concepção que aqui vamos explicar.

Com efeito, analisando o pensamento de José da Gama e Castro (1795-1873), físico-mor de D. Miguel e exilado em várias paragens do mundo, no seu livro de síntese *O Novo Príncipe ou o Espírito dos Governos Monárquicos* — publicado em 1841, em segunda edição, na verdade a primeira que se conhece —, encontramos todas as peças de uma ideologia que se projectou com grande significado em tempo de “crise” do século XX, nomeadamente no período do pós-guerra. A saber: uma teoria da história oposta à teoria do “Progresso” de Condorcet, uma teoria pragmatista e relativista sobre a “melhor forma de governo” em alternativa ou em complemento à teoria de Montesquieu acerca do *Espírito das Leis*, uma teoria organizacional da sociedade de tipo hierarquizado, uma concepção de prática política de conservação do Poder... Mas, na realidade, se virmos bem, estas ideias, para além das influências mais próximas de Burke, De Bonald e De Maistre, têm antecedentes mais longínquos: a filosofia política de Aristóteles, de S. Tomás a até de Bodin e de muitos teorizadores do Estado dos séculos XVI e XVII, a filosofia da história de Giambattista Vico, as teorias e as práticas da organização social da Idade Média, as práticas políticas das teorias da “Razão de Estado” de Maquiavel ou de Botero e dos nossos escritores do século XVII, da época da Restauração.

A tese básica de Gama e Castro é que as sociedades têm uma formação e uma evolução natural, de que não podem fugir, sob pena de necessariamente voltarem ao seu ponto de partida ou ao seu “centro político”. Nesta medida, para além de considerar a Monarquia o estado político natural por excelência, considerando os outros regimes políticos como “artifícios humanos”, entende, todavia, numa visão relativista e pragmática, que qualquer país tem o seu “centro político” que pode ser uma Monarquia Absoluta ou até o Despotismo de tipo oriental, mas também pode ser uma República ou uma Confederação, como sucedia na Suíça. Ou seja, o “centro político” de uma nação era aquele que lhe assegurava, tendo em conta as características e os condicionamentos próprios do país, o “maior grau de felicidade possível”.

Estas teses fundamentais podem sintetizar-se nestas afirmações de Gama e Castro quando fala da sua noção de progresso, frases que — como vamos ver — serão frequentemente citadas e glosadas:

Entendamo-nos por uma vez. Quando se trata da civilização das nações, ou não há verdadeiro progresso, nem verdadeiro regresso, ou o que se chama progresso é muitas vezes regresso e vice-versa: porque os diferentes passos que uma nação pode dar na carreira da sua perfectibilidade política, em vez de formarem, como erradamente se pensa, uma linha recta cujas extremidades nunca se podem tocar, e onde cada ponto que se vai seguindo jamais pode tornar a cair no que se deixa, não formam senão uma linha curva, e até um verdadeiro círculo em que o mesmo espaço andado é sempre corrido de novo, enquanto há movimento. Por outras palavras: o andamento progressivo da civilização das nações há-de ser sempre o mesmo, porque é a consequência necessária da natureza do homem, que também não pode mudar.<sup>1</sup>

Nesta afirmação fundamental estava sintetizada toda a teoria do “conservadorismo” ou do “tradicionalismo”, considerado como um processo natural, contra as teses do “progresso” resultante de novas invenções políticas. Ou seja, estava também aqui sintetizada toda a justificação da teoria antiliberal ou contra-revolucionária. E vejamos a síntese da teoria do “realismo” e do “relativismo” políticos:

Não se diga portanto que o governo representativo é melhor ou pior que o republicano, absoluto ou despótico. Todos os governos possíveis são relativamente bons, ou relativamente maus conforme as circunstâncias da nação a que se aplicam; mas o único bom para uma nação determinada é aquele que resulta da história, isto é, da experiência dessa nação.<sup>2</sup>

Sendo a Monarquia Absoluta o “centro político” de Portugal pensa, no entanto, o Estado como uma realidade “hierárquica”, “social” e “orgânica”, em que o rei (o “Príncipe”) exerce a sua autoridade, no sentido de manter a harmonia da Nação, as suas “liberdades” e o maior grau possível de felicidade. Não há ainda em Gama e Castro, como não há em Acúrsio das Neves, uma teoria antipombalina, tendo como fundamento a ideia de que uma teoria “estrangeira” do poder havia desconjuntado a sociedade tradicional portuguesa, mas há já uma tendência nesse sentido. Por isso, Castro ainda pensa — e as circunstâncias assim o levavam a pensar — que haveria sobretudo que ter em conta uma prática de conquista e, depois, de conservação do poder. Mas, vê-se já, na sua crítica ao processo político nacional, uma amarga lamentação pelo facto de D. Miguel, enquanto foi poder, não tivesse ou não pudesse ter uma prática de constituição ou reconstituição da sociedade tradicional, que seria a melhor forma de conservar o poder.

<sup>1</sup> *O Novo Príncipe*, secção II, cap. IV, p. 61

<sup>2</sup> *Ob. cit.*, secção, III, cap. VI, pp. 120-121.



O autoritarismo do rei, numa fórmula sacramental de que “O Rei governa, mas não administra” – contrária ao que chama o “paradoxo de Thiers”: “le Roi règne et ne gouverne pas” –, é a sua ideia acerca do poder do rei e do seu exercício, poder que vinha ao rei de Deus, embora com o acordo da nação, sem que isso constituísse qualquer forma de contrato à maneira de Rousseau<sup>3</sup>. “Realeza sem realidade, ou poder régio sem ser real, não vejo para que possa servir” – afirmava<sup>4</sup>. De onde a própria mitificação ou até santificação da autoridade régia: “É preciso que o povo olhe para o governo com o mesmo respeito com que se olha para a divindade; que o respeite; que receba sem hesitar as suas determinações; que as tenha sempre pelas melhores, que nem ao menos se lembre que poderiam ser outras”<sup>5</sup>.

Esta teoria de um Estado monárquico autoritário não se revelava, todavia, como uma tese de poder “pessoal”, mas de poder “legal” e “social”. Só assim se poderia reerguer uma verdadeira nação poderosa, um verdadeiro “Império”, como o “Império” do passado português. Assim, no pensamento e no sentimento dos tradicionalistas, como era José da Gama e Castro, afirmava-se toda uma mística nacionalista que haveria de fazer escola entre os tradicionalistas de todos os tempos, tradicionalistas que poderiam vir de novo, face a novas circunstâncias, erguer uma nova ideia e uma nova prática de contra-revolução, mas que poderiam também classificar essa “contra-revolução” de “revolução”, a “revolução tradicionalista” ou “integralista”.

### 3. “Integralismo Lusitano” e “integralistas”...

Portanto, esta teoria era afinal a base de todas as teses das chamadas “novas gerações”, para empregar a expressão da obra de Agathon (pseudónimo comum de Henri Massis e Alfred de Tarde), que tanta influência teve nos nossos meios tradicionalistas depois da sua publicação em 1913<sup>6</sup> e no contexto dos movimentos contra a República.

O “Integralismo Lusitano”, na sequência das teses monárquicas contra-revolucionárias, foi, pois, o primeiro movimento em busca de “segunda via”, oposta ao demoliberalismo, tanto o republicano como o monárquico constitucional, que seria depois de “terceira via”, logo que o comunismo se ergueu com maior força e significado institucional.

<sup>3</sup> *Idem*, secção IV, cap. I.

<sup>4</sup> *Idem*, secção IV, cap. V.

<sup>5</sup> *Idem*, secção X, cap. IV, p. 318.

<sup>6</sup> *Les jeunes gens d'aujourd'hui. Le goût de l'action, la foi patriotique, une renaissance catholique, le réalisme politique*. Paris, Librairie Plon, 1913.

Sem recorrermos a uma análise detalhada e individualizada de artigos da *Nação Portuguesa*, nem a livros dos seus mentores, nomeadamente aos de António Sardinha, poderemos dizer que todas as teses de Gama e Castro se encontram glosadas e desenvolvidas pelo Integralismo Lusitano. Pode dizer-se que apenas se eliminou a terminologia de Absolutismo ou Monarquia absoluta, chamando à Monarquia defendida pelos integralistas “Monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar”. Mas, a teoria da concepção orgânica da Monarquia dos integralistas é idêntica à dos legitimistas do século XIX, carregando apenas, do ponto de vista da interpretação histórica, na tecla do papel do Marquês de Pombal na desagregação das estruturas orgânicas da Tradição, convertendo-a sim, à maneira “estrangeira”, numa Monarquia Absoluta de poder pessoal, não tanto do rei mas do ministro todo-poderoso.

Para o programa do Integralismo, o rei correspondia à “tendência concentradora” da Monarquia e à afirmação sintética do “Nacionalismo”. Ele concentraria, com os ministros e os conselhos técnicos, a função governativa suprema, a função coordenadora, fiscalizadora e supletória dos órgãos locais, regionais e profissionais, e a função executiva ao nível da diplomacia, da defesa militar, da gestão financeira e da chefia do poder judicial. Por sua vez, a “função descentralizadora” seria estruturada de forma orgânica, ao nível económico (empresas e corporações), ao nível administrativo (da família à paróquia, ao município, à província e à Assembleia Nacional), ao nível judicial (do julgado municipal e do tribunal colectivo provincial ao Supremo Tribunal e ao Conselho Superior da Magistratura) e ao nível espiritual (artístico, museológico, escolar, científico, etc.). Também as concepções do Progresso em “círculo” ou, melhor, em espiral, surgem nas teses integralistas, bem como as teses empiristas, pragmáticas, de “realismo” e “relativismo” políticos. Mas claro que todas estas teses eram agora enriquecidas com novas ideologias e novos aportamentos culturais.

O livro *O valor da Raça* (1915), de Sardinha, com o subtítulo elucidativo *Introdução a uma Campanha Nacional*, encerra com um capítulo dedicado ao tema “Integralismo Lusitano”. Nele procura caracterizar o movimento de que era o principal animador, considerando que o Integralismo era, para ele, a “Verdade Portuguesa”, a qual seria – note-se – o “programa duma geração”<sup>7</sup>. “Evolução” era, segundo pensava, baseando-se na teoria do biólogo René Quinton, “Permanência”. Sardinha procura o eixo dessa “Permanência”, que opõe também ao que considera a falsa ideia liberal de “Progresso”<sup>8</sup>, numa interpretação antropológica, histórica

<sup>7</sup> *O valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa, Editores, 1915. “A Verdade Portuguesa. Programa duma geração” – é este o título que antecede a introdução à obra, paginado em romano.

<sup>8</sup> Cfr. *idem*, p. 137 ss.



e social do Povo português, plasmada sobretudo na lógica política do Município, apelando para diversas teses portuguesas e estrangeiras, de Nietzsche, de Comte, de Gustave Le Bon e de Le Play, de Taine e de Foustel de Coulanges..., de Herculano, de Garrett, de Teófilo Braga e de Oliveira Martins..., das revistas como a *Portugalia*, a *Revista Lusitana*, a *Tradição* e o *Archeologo Portuguez*.<sup>9</sup>

E estas novas teses, mais tarde pautadas pela experiência italiana do fascismo, iam subindo de tom, defendidas por concepções diversas de diferentes autores e vários movimentos nacionalistas, que, em certos aspectos, se cruzavam com o movimento católico.

O opúsculo *As directrizes da nova geração* (1925), de João Ameal, tem a justificá-lo, em epígrafe, o texto de José da Gama Castro já atrás transcrito: “Entendamo-nos por uma vez. Quando se trata da civilização das nações, ou não há verdadeiro progresso, nem verdadeiro regresso, ou o que se chama progresso é verdadeiro regresso...”.

Era esta, pois, a base de toda um movimento de “Renascença”, que agora se considerava – inspirado pelas práticas fascistas – já não numa lógica de “contra-revolução” e sim de “revolução”. Num livro de 1932 (altura em que a “Revolução Nacional” de Salazar estava em marcha), *A Revolução da Ordem*<sup>10</sup>, o fascismo aparece como “modelo” inspirador de todas as revoluções que se estavam a passar com vista a uma “terceira via”, uma via corporativista, antiliberal, mas também anticomunista. Neste momento, porém, ainda é a via anti-individualista e antiplutocrática que sobretudo é agitada. Vejamos as palavras de João Ameal:

O Fascismo tem sabido guardar, na paz e no governo, a tonicidade, a exaltação vigilante que tivera outrora, no meio da guerra civil. Numa palavra: o Fascismo não esqueceu, nem esquece, que *foi uma Revolução*, que *é uma Revolução*, e que por muito tempo *continuará a ser uma Revolução* até que da velha era demo-liberal nenhum vestígio reste, sequer, na memória da Itália.

Este primacial e constante carácter revolucionário é a maior garantia que o Fascismo tem da sua legitimidade e da sua duração. Dizia, no início do século XIX, José de Maistre: “*Uma Contra-Revolução não é uma Revolução contrária; é o contrário de uma Revolução.*” Já citei e aplaudi este aforismo no prefácio de um dos meus livros – *Contra-Revolução*<sup>11</sup> – publicado há quatro

<sup>9</sup> Cfr. o último capítulo da obra, “Integralismo Lusitano”, p. 135 ss.

<sup>10</sup> *Revolução na Ordem*, Lisboa, 1932.

<sup>11</sup> *A Contra revolução*, Coimbra, Atlântida, 1928.

anos. Pensando melhor, vejo agora que, se De Maistre tinha razão *para o seu tempo*, quando havia ainda muito que conservar, e quando o Individualismo não era senão um desvario filosófico e uma vaga ameaça política – hoje o seu aforismo deixou de corresponder às realidades. Hoje, com efeito, uma Contra-Revolução – é uma *Revolução contrária*. Tem que demolir e agitar, tem que sacudir as colunas dos templos maçónicos, plutocratas e parlamentares, tem que fazer vítimas inúmeras, tem que desenhar em outros moldes a constituição das sociedades – e tem que destronar, um a um, os mitos dominantes, os mitos liberais e democráticos, para em seu lugar instalar as duras verdades dum século de resgate!<sup>12</sup>

Noutro livro, também de 1932, *Panorama do Nacionalismo Português*, citando outra vez Gama e Castro e a sua reflexão acerca do “Progresso” e do “Regresso”, considera a sua geração ao mesmo tempo a “geração do regresso” e a “geração do progresso”. Criticando aqueles que, dizendo-se “avançados”, consideravam “retrogrados” os neo-tradicionalistas, afirmava:

Não. A vanguarda somos nós que a representamos – vanguarda de um exército imenso onde se alinham as multidões sagradas dos mortos, e onde nós, ocupando o nosso posto, desbravamos caminhos em direcção aos horizontes de amanhã. Progredir sem regressar, sem reatar – é perder os insubstituíveis capitais do sofrimento e da glória, que a história nos legou, é desperdiçar, em alucinações pueris, a herança formidável. Cabe-nos antes reconhecer e multiplicar essa herança: colher frutos, restituindo, à árvore dessorada, o fluxo dinâmico e animador das seivas que sobem das raízes...

A Geração do Regresso – é a Geração do Progresso. O único Progresso real e legítimo é aquele que representa um ramo novo do tronco permanente e comum.<sup>13</sup>

Estamos a citar João Ameal. Podíamos ter referido tantos outros autores, como aqueles que se integraram e ajudaram a criar o Estado Novo, por exemplo Marcello Caetano ou Pedro Theotónio Pereira, e a sua revista *Ordem Nova*, ou aqueles que nunca se integraram verdadeiramente na vida do Estado Novo, embora também não se opusessem a ele, como Alfredo Pimenta, ou aqueles que, defendendo expressamente ideias “integralistas”, na sua versão nacional-sindicalista, acabaram por se opor ao estado Novo de Salazar. Mas citámos Ameal não só porque foi um dos ideólogos mais emocionados apoiantes do Salazarismo, mas também porque ele é o autor do *Decálogo do Estado Novo*, que constituiu uma espécie de cartilha ou de mandamentos do regime, como foi o autor da *História de Portugal* (prémio

<sup>12</sup> *Ob. cit.*, pp. 35-36.

<sup>13</sup> *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932, pp. 79-80.



“Alexandre Herculano”, de História do Secretariado de Propaganda Nacional) que melhor corporizava a lógica historicismo do regime<sup>14</sup>.

#### 4. A “terceira via” dos “Estados novos” e o “Estado Novo” de Salazar

Se as muitas teses defensoras de vários tipos de “Estados novos” se inspiraram, em última instância, em concepções tradicionalistas do tipo daquelas que os miguelistas do século XIX iam apresentando, também se verifica o mesmo com o Estado Novo de Salazar.

No referido *Decálogo do Estado Novo*, publicado pelo órgão de propaganda do regime, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), pode ler-se no 1.º mandamento: “O Estado Novo representa o acordo e a síntese de *tudo* o que é permanente e de *tudo* o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguarda moral, social e política”. No 2.º continua a revelação do sentido da síntese: “O Estado Novo é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de *todos* os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de *todas* as suas energias criadoras”. Portanto, mantém-se a lógica da junção da Tradição e da Criação, por outras palavras do Progresso e do Regresso. Quanto à história de Portugal oficial, era um sucessão de *corsi* e de *ricorsi*, para empregar expressões viquianas, de “progressos” e “regressos”, ou vice-versa, para utilizar uma expressão ao jeito de Gama e Castro e de João Ameal. A um processo de formação e de esplendor, até ao século XVI ou XVII, vai suceder-se um período de crise que avança a passos largos com as influências da Revolução Francesa e com a assunção do liberalismo em Portugal (capítulo “O fim dum Mundo”, com um título “Maus ventos sopram de França”) e, depois, com a instauração da República “desordeira” (“Balbúrdia sanguinolenta”), para de novo haver um “regresso” ou um “progresso”, com o despontar do “28 de Maio” e do Estado Novo (“Reconquista da Ordem”).

Salazar, como é sabido, não fez grandes citações e, assim, Gama e Castro não aparece nos seus discursos. Mas a sua ideia basilar de “Progresso” não deixa de transparecer nas suas reflexões sobre a realidade, na qual procura um clima de equilíbrio, afinal de “revolução da Ordem”. Vejamos apenas esta ideia num dos seus discursos iniciais mais famosos, aquele que foi produzido em 23 de Novembro de 1932, no acto de posse dos corpos directivos da União Nacional e a que foi chamado na publicação oficial “As diferentes forças políticas em face da revolução nacional”<sup>15</sup>:

<sup>14</sup> *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940.

<sup>15</sup> *Discursos*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 157 ss.

Como sempre acontece nestas viragens da história, uns, alucinados pela fascinação da novidade e esquecidos da velhice da terra onde muita coisa se experimentou já, negam todo o valor ao presente e ao passado, e querem construir um mundo inteiramente novo, misto incongruente de propósitos generosos, cândida inexperiência e sentimentos regressivos da baixa animalidade humana; outros, enquistados nas posições e ideias adquiridas e nos preconceitos do «seu tempo», vêm em tudo que o futuro traz no seio, erro, crime, desgraça, e opõem-se tenazmente a toda a renovação ou reforma, porque as ideias e instituições em que se criaram e viveram têm para eles a beleza e a virtude de verdades eternas.

Ora o problema que nos é posto pelas circunstancias consiste na determinação do ponto de convergência destas duas correntes, e em demandá-lo intencionalmente, salvando do passado as verdades superiores da humanidade, as aquisições definitivas da sua experiência secular, e indo ousadamente escolher às promessas do futuro o que é imposto pela feição e necessidade dos novos tempos e até — porque não? — pelo gosto das suas modas.

Dentro de dezenas de anos é natural que os povos tenham de novo encontrado uma fórmula de equilíbrio político e social; a trajectória que até lá vão seguir é que pode ser uma estrada tenebrosa de convulsões e miséria ou o caminho, embora acidentado, da segurança e do trabalho ordeiro. Grande parte desse futuro está nas nossas mãos. Como vamos encará-lo, como vamos criá-lo, os portugueses de hoje?<sup>16</sup>

Mas, independentemente desta ideia fundamental, podemos encontrar no Estado Novo e nas ideias de Salazar, a lógica das liberdades, em vez da Liberdade, uma lógica pragmatista e de “relativismo político”, uma ideia de Estado assente na prática de Autoridade, na organização corporativa da sociedade, na crítica ao sufrágio universal e na ideia de um Estado que deve governar não tanto com o apoio parlamentar, mas de conselhos técnicos. O Estado Novo, que não pôde negar, todavia, a herança do passado próximo, mantém-se como uma “República” e isso fará com que muitos integralistas se afastem e alguns mesmo passem à oposição. Mas outros ficarão fiéis à experiência salazarista, justificando mesmo a não evolução do regime para uma Monarquia. É o caso do próprio Marcello Caetano, em 1951, por altura da morte do Presidente da República, Óscar Carmona, da revisão constitucional e, publicamente, no célebre “discurso de Coimbra” de 23 de Novembro, durante o III Congresso da União Nacional. Para ele, em síntese, o regime criado por Salazar era uma verdadeiro regime e, por isso, não haveria que alterá-lo, sobretudo num tempo em que o mundo mudara e, à alternativa de regimes, republicano ou monárquico, sucedera a formação de regimes que

<sup>16</sup> *Disc., ob. e vol. cit.*, p. 163.



continham sistemas políticos e sociais diferentes. Por isso, será o monárquico integralista da *Ordem Nova* a manter e tentar aperfeiçoar a “República Corporativa” durante os anos de 1968 a 1974, numa lógica de “Renovação na continuidade”, e a manter um “Estado unitário” com as colónias ou “províncias ultramarinas”, mesmo que admitindo que elas tendiam para um processo de “autonomia”. Continua a filosofia do Estado Novo, que Marcello Caetano preferiu chamar “Estado Social”.

## 5. A concluir

Não foi nossa intenção filiar o Estado Novo de Salazar, nem o Estado Social, de Marcello Caetano, no Integralismo Lusitano, em que este último assumiu estar, mas a que o primeiro nunca se confessou ligado, pois a única ligação política que teve foi ao Centro Católico Português, ou seja, o partido católico. E muito menos quisemos considerar, obviamente, que havia uma ligação directa do Estado Novo ao tradicionalismo monárquico do século XIX. No entanto, quisemos mostrar que havia desde esse século um pensamento que apontava para filosofias da história e filosofias políticas que vieram a ser absorvidas ao longo do tempo e que chegaram ao Salazarismo e ao Marcelismo.

De algum modo, quisemos colocar na “genealogia” do Estado Novo, antecedida por uma concepção de “Estados novos”, as concepções que então surgiram e se desenvolveram: os conceitos de uma linha evolutiva espiral da história, de Tradição, de realismo e relativismo políticos, de pragmatismo e empirismo, a ideia autoritária, orgânica e corporativa de Estado, em oposição ao liberalismo e, depois, em relação ao socialismo, menos aprofundado por nós porque entendemos ser uma tendência já posterior, sobretudo no processo histórico português, que só sente expressivamente o comunismo com a República Espanhola e a Guerra Civil, nos anos 30. Deste modo, quisemos, de algum modo, acompanhar o raciocínio dos historiadores do fascismo e do nazismo que procuram encontrar as raízes desses sistemas políticos mais atrás, ou seja, em Maquiavel, em Vico e no *Risorgimento* ou nas ideias do nacionalismo alemão do século XIX e nas teorias dialécticas “idealistas”, estatistas e pangermanistas, de filósofos ou de simples eruditos.

Mas, não tenhamos dúvidas, o fascismo, o nazismo e o Estado Novo (conceito que encontra a sua origem, como termo e como ideia, nas concepções italianas de *Stato nuovo*, nomeadamente de Alfredo Rocco, de grande influência em Portugal) são sistemas políticos que só puderam formar-se depois da I Guerra Mundial e em circunstancialismos de época.

No contexto de um congresso subordinado ao tema “Do Absolutismo ao Liberalismo” quisemos mostrar – com o incentivo do seu presidente – como a história do absolutismo e do liberalismo não se podem apenas ver no contexto do século XIX, na sua primeira metade. Ou seja, se o “absolutismo” foi uma palavra ultrapassada pela terminologia integralista, manteve-se o “espírito” da teoria dos “absolutistas” que, como sucedeu com Gama e Castro, nunca quiseram ver o Estado como um regime de “rei absoluto” desenquadrado da sociedade, mas mais como um rei que reina e governa com autoridade e com uma mística própria que lhe confere poder, no quadro de uma sociedade organizada hierárquica e corporativamente. E será esse espírito que está presente ou que renasce na história do século XX. Do mesmo modo, o liberalismo como realidade individualista e capitalista acaba por sobrepor-se aos ideais de Liberdade e,



assim, acaba por criar, politicamente, várias correntes de opinião que se digladiam e regimes de domínio económico e social que originam uma reacção de direita e de esquerda, criando vias diferentes. Por isso, Ameal entendia o fascismo e o comunismo como correntes que tinham como ponto comum a reacção ao liberalismo:

Das janelas do palácio Chigi, o ditador romano Mussolini anunciou ao seu povo que estava a começar, em todo o mundo, a Contra-Revolução. Supomos que nesta frase exacta e ardente, o *Duce* queria referir-se à Contra-Revolução *no campo dos factos*; porque de há muito ela começara no campo das ideias.

O que é, porém, certo, é que o nosso século, após o formidável revulsivo da guerra, marca um renascimento unânime dos princípios opostos aos de 89. Fascismo e bolchevismo – o primeiro pelo extremo fortalecimento da autoridade e da mística nacionalista, o segundo pela extrema experiência da anarquia e da mística revolucionária – são a negação das ideológicas miragens que envenenaram o passado século. O mito retórico da liberdade murchou nas consciências modernas. É ainda Mussolini que o escreve, no seu estilo resoluto e sóbrio: *Os homens cansaram-se da liberdade. Fizeram dela uma orgia. Para a juventude intrépida, inquieta, rude, que se levanta no crepúsculo matinal da nova história, outras palavras exercem uma fascinação maior. São as palavras: ordem, hierarquia, disciplina...*<sup>17</sup>

E, na mesma lógica de procura de uma via diferente para a sociedade, reclamava:

Isto cabe tudo numa legenda final.

*Para além do liberalismo e do comunismo façam os Novos a REVOLUÇÃO DA ORDEM – da ORDEM NACIONAL!*<sup>18</sup>.

A busca dos “Estados novos” de organização corporativa aparecia, assim, como uma “terceira via”, em que o Estado Novo de Salazar se integrou como se integrara o Fascismo e, bem diferente, na sua lógica racista, o Nazismo.

<sup>17</sup> *Panorama do Nacionalismo Português*, pp. 27-28. Ameal cita Mussolini pelo livro *Mussolini parle*, compilado e traduzido por Suzanne Dauguet-Gérard, p. 290. O texto de Mussolini está no original de Ameal em itálico sem aspas. Para tentar uniformizar ao máximo as citações, passámo-lo para redondo entre aspas.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 94.

Um pensamento final:

Esperamos que esta onda neo-liberal em que vivemos, muito mais perigosa do que se possa pensar, encontre um novo rumo social dentro da lógica democrática e não proporcione novas revoluções extremistas de esquerda ou de direita e sobretudo não origine revoluções sistémicas na procura de outras vias, seja a via “comunista de regime”, seja a via “fascista” (em sentido genérico), ambas de tendência totalitária. A história não se repete – sabêmo-lo bem nós, historiadores –, mas o certo é que não é possível a democracia política sem a democracia social. Isso já todos nós entendemos. É uma lição da história e uma lição da política.



## INTEGRALISMO LUSITANO

### Monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar

#### A) Tendência Concentradora (Nacionalismo).

Poder pessoal do Rei: *Chefe do Estado*.

##### 1) Função governativa suprema:

- por ministros livremente escolhidos, especializados tecnicamente, responsáveis perante o Rei.
- por conselhos técnicos também especializados (parte dos membros de nomeação régia, parte representando os vários corpos, com função consultiva).

##### 2) Função coordenadora, fiscalizadora e supletória das autarquias locais, regionais, profissionais e espirituais; nomeação dos governadores das Províncias e outros fiscais régios da descentralização.

##### 3) Funções executivas, fazendo parte da função governativa suprema, que no entanto cumpre sublinhar como sendo a forma de acção mais característica e importante do ofício régio:

- defesa diplomática.
- defesa militar.
- gestão financeira geral.
- chefia do poder judicial; função moderadora.

#### B) Tendência Descentralizadora:

##### 1) Aspecto Económico:

- *Empresa*: regímen e garantia da propriedade, vinculação (*homestead*), cadastro, sub-enfiteuse, sesmarias, propriedade colectiva, legislação social da empresa, etc.
- *Corporação*: sindicatos operários, patronais e mixtos, sua personalidade jurídica, fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc.
- *Graus corporativos superiores*: sistematização profissional, colégios técnicos, câmaras de trabalho, etc.
- *Nação Económica*: Política económica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos), função supletória de fomento (protecçãoismo, tratados de comércio) — função de fiscalização e coordenação dos vários graus da hierarquia económica.

##### 2) Aspecto familiar administrativo:

- *Família*: Unidade (pátrio poder); continuidade (indissolubilidade conjugal; vinculação, luta contra o absenteísmo; vinculação propriamente dita; morgadio, *homestead*).
- *Paróquia*: Representação de um conjunto de famílias pelos seus chefes.
- *Município*: Representação de um conjunto mais amplo de famílias pelos seus chefes e de quaisquer outros organismos sociais de importância.
- *Província*: Câmara por delegação municipal, sindical, escolar e com a assistência do governador da província, função governativa especializada na aristocracia (com carácter rural e regional).

*Nação administrativa*: Órgão — a Assembleia Nacional, assistida do conselho técnico geral (permanente ou de convocação temporária); *Representação* — delegações provinciais, municipais, escolares, corporativas; delegação eclesiástica, militar, judicial, etc.; *Função* — consulta sobre a aplicabilidade, na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboraram (aprovação de impostos, orçamento, etc).

##### 3) Aspecto judicial:

Essencialmente organizado sobre estas bases:

- *Julgado municipal* — (tribunal singular),
- *Tribunal provincial* (colectivo).
- *Supremo Tribunal de Justiça* (colectivo).
- *Conselho Superior da Magistratura*.

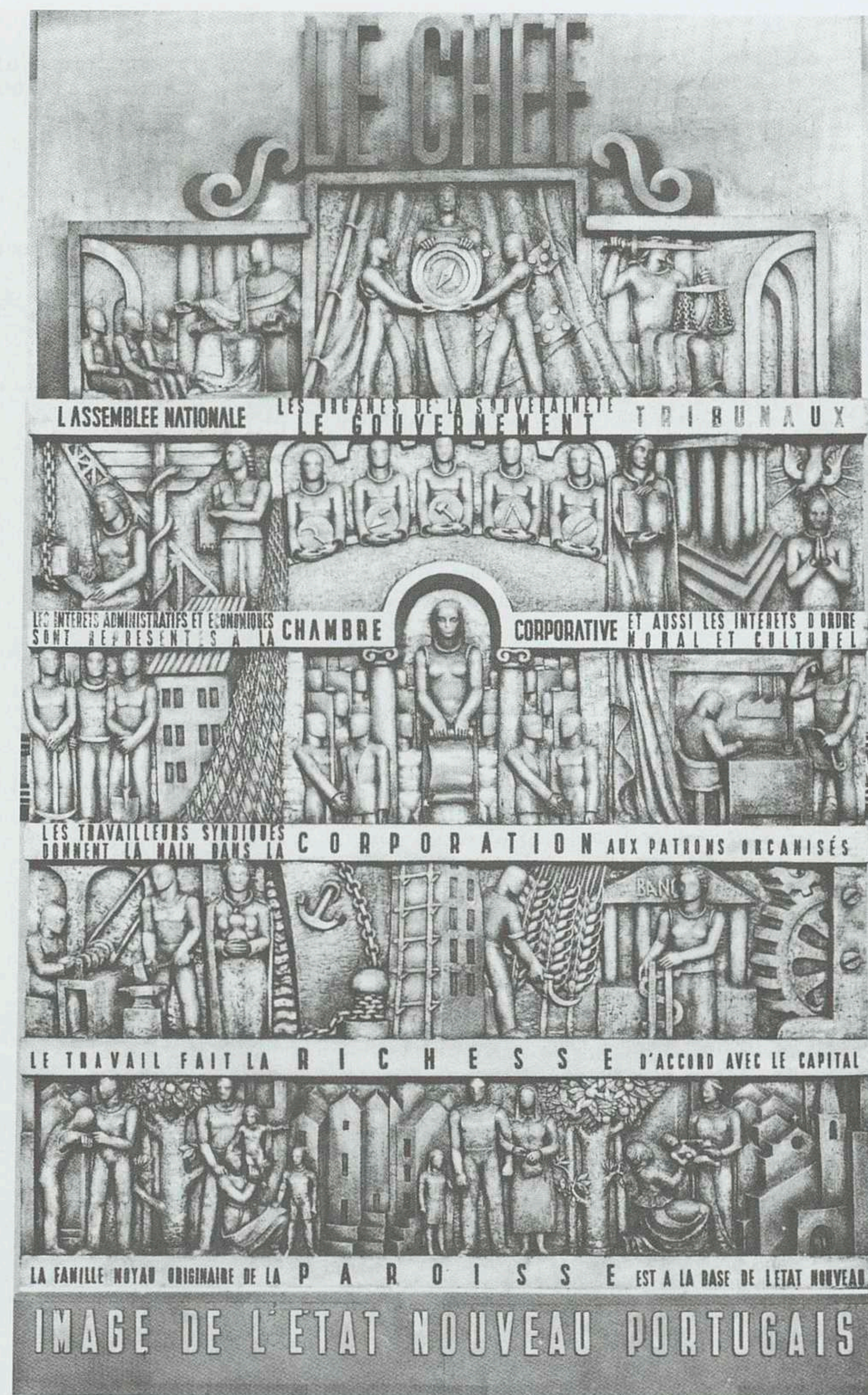
##### 4) Aspecto espiritual:

- *Arte*: Desenvolvimento artístico, subsídios pelo município, província e governo central, restituição as províncias das obras de arte que lhes pertencem.
- *Indústrias artísticas locais*.
- *Museus regionais e defesa do património artístico da província*.
- *Museus nacionais e defesa do património artístico da nação*.

- *Sciência*: Desenvolvimento da instrução e prestação de subsídios e auxílio material pelo município, província e governo central, a par da autonomia de alguns órgãos de instrução.
- *Instrução primária no município*.
- *Instrução secundária na província*.
- *Universidade autónoma (Coimbra)*.
- *Escolas e Universidades livres*.
- *Escolas industriais, regionais*.
- *Religião*: Liberdade e privilégios da religião tradicional Católica, Apostólica, Romana.
- *Protecção a esta religião e prestação de auxílio material em regímen concordatário*.
- *Liberdade de congregação*.
- *Liberdade de ensino*.
- *Nação espiritual*: a alta representação d'estas três formas do aspecto espiritual nos conselhos de El-Rei e na Assembleia Nacional.

Apresentação esquemática do Integralismo Lusitano, inserido nos primeiros números da revista Nação Portuguesa (1914)





“Imagem do Estado Novo”. Baixo relevo, da autoria de Henrique Bettencourt, que figurou no Pavilhão de Portugal, “Sala de Estado”, na Exposição Universal de Paris de 1937.